



ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE FAGUNDES

JORNAL OFICIAL

INFORMATIVO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE FAGUNDES, CRIADO PELA LEI 003 DE 26/06/1979

Ano XXXVIII «»

Fagundes-PB, 29 de abril de 2021.

LEIS:



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAGUNDES
PODER EXECUTIVO
Rua Quebra Quilos, S/N - Centro - Fagundes - PB
CNPJ: 08.737.694/0001-56

Lei n.º 498/2021

Fagundes-PB, 29 de abril de 2021.

DISPÕES SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA
LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2022, E DA
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Esta Lei em cumprimento ao disposto o Art. 165, parágrafo 2º, da Constituição Federal, e com base no art. 4º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 e art. 118, II da Lei Orgânica do Município de Fagundes, estabelece as diretrizes orçamentárias do Município de Fagundes-PB para o exercício de 2022, e compreende:

- I - As prioridades da administração pública municipal;
- II - A estrutura e organização do orçamento anual;
- III - As diretrizes gerais, as orientações e os critérios para a elaboração e a execução da lei orçamentária anual do Município e suas alterações para o exercício de 2022;
- IV - As disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- V - As disposições relativas à dívida pública e seus respectivos encargos;
- VI - As disposições sobre alterações na legislação tributária Municipal;
- VII - Das Políticas de Fomento;

Página 1 de 16

VIII - Critérios para avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;

IX - Condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;

X - Outras disposições gerais.

CAPÍTULO II DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Art. 2º - As metas e prioridades da administração pública municipal, as quais terão precedência na alocação de recursos na lei orçamentária do exercício financeiro de 2022, embora não se constituam limites à programação das despesas, serão assim fixadas:

I. Poder Legislativo:

§1º Modernização dos serviços do Poder Legislativo, mediante a racionalização das atividades administrativas e melhoria das rotinas de trabalho;

§2º Adoção de iniciativas que venham sensibilizar a população para a participação do processo legislativo.

II. Do Poder Executivo

§1º Ampliação e melhoria da infraestrutura dos equipamentos públicos e adequação do quadro de servidores para a oferta de serviços essenciais básicos nos seguintes segmentos:

a) Na Educação;

I - ofertar vagas no ensino regular fundamental, para as crianças em idade escolar dentro das expectativas do Plano Nacional de Educação (PNE) com foco nas seguintes metas;

II - estruturantes para a garantia do direito a educação básica com qualidade, e que assim promovam a garantia, à universalização do ensino obrigatório, e à ampliação das oportunidades educacionais com melhoria do ensino;

III - de redução das desigualdades e à valorização da diversidade que visem à equidade;

IV - de valorização dos profissionais da educação para assegurar que as metas anteriores sejam atingidas.

b) Na Saúde e Saneamento;

I - com restauração da rede física e melhoria da qualidade dos serviços de saúde de acesso universal, igualitário e gratuito prestados na rede municipal com destaque para os níveis

Página 2 de 16



ESTADO DA PARAÍBA

de atendimento que proporcione a melhoria da qualidade de vida da população, redução da mortalidade infantil, mediante consolidação das ações básicas de saúde e saneamento.

c) Na promoção social:

1 – à família, à criança e ao adolescente e à população idosa, com ênfase no cumprimento das políticas estabelecidas no Estatuto do Idoso, Estatuto da Criança e do Adolescente devendo na lei orçamentária, os recursos relativos a programas sociais serem prioritariamente destinados ao atendimento de habitantes carentes do Município com renda comprovadamente inferior a um quarto do salário mínimo por pessoa da família.

d) Do Incentivo:

1 - aos trabalhos rurais mediante ampliação de assistência ao trabalhador com a promoção de metas e prioridades que venham contribuir para a descoberta das vocações locais.

e) Na Ampliação de oferta:

1 - de emprego e renda à população com a promoção de capacitação, criação e incentivo para as oportunidades de ao primeiro emprego em parceria com a iniciativa privada.

f) Na Recuperação e conservação:

1 - do meio ambiente visando ao atendimento às determinações constantes no art. 225 da Constituição Federal.

g) No Desenvolvimento:

1 - em articulação com os Governos Estadual e Federal, de programas voltados a implementar políticas de renda mínima, erradicação do trabalho infantil, preservação do meio ambiente, construção de casas populares e preservação das festividades histórico-culturais e artísticas.

§2º Reforço da infraestrutura econômica, nas áreas de:

- a) Transporte, com melhoramento e conservação da malha viária municipal;
- b) Energia elétrica, para fins de irrigação e eletrificação rural;
- c) Construção de reservatório e de rede de distribuição de água para o consumo humano e de irrigação.

§3º Apoio ao desenvolvimento dos setores diretamente produtivos, nos segmentos:

- a) Do desenvolvimento da agropecuária;
- b) Da indústria, com ênfase às pequenas e micro empresas.

§4º Ações administrativas que objetivem:

- a) A reorganização e modernização da estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal, visando à otimização da prestação dos serviços públicos à comunidade;

Página 3 de 16

- b) A busca do equilíbrio financeiro do município pela eficiência das políticas de administração tributária, cobrança da dívida e combate a sonegação.

Art. 3º - Para consecução das prioridades previstas no art. 2º, o orçamento anual deverá consignar metas relacionadas com as seguintes ações de governo.

1 - Na Área Social:

§1º Na Educação e Cultura:

- a) Atendimento do ensino infantil (creches e pré-escolas) à população de zero a cinco anos, de modo a atender à totalidade das crianças nesta faixa etária;
- b) Atendimento do ensino fundamental à população de seis a quatorze anos, aumentando a oferta de vagas em até 100%;
- c) Melhoria da produtividade do sistema educacional, provendo cursos ou treinamento para o mínimo de 70% dos professores da rede municipal;
- d) Redução do índice de analfabetismo da população acima de 14 (quatorze) anos, aumentando a oferta de vagas no ensino de jovens e adultos em no mínimo 50%;
- e) Apoio ao portador de deficiência física e de necessidades especiais;
- f) Manutenção do transporte escolar para os alunos do município;
- g) Exposição das atividades de educação física e esporte nas escolas da rede municipal de ensino;
- h) Distribuição da merenda escolar para todas as escolas municipais;
- i) Apoio a atividades e extensão universitária;
- j) Apoio a todos os projetos culturais do município, especialmente, a promoção das festividades comemorativas do dia da cidade, carnaval, festas juninas e a do padroeiro.

§2º Na saúde pública:

- a) Elevação dos níveis de saúde da população, reduzindo o índice de mortalidade infantil;
- b) Atendimento ambulatorial, emergencial e hospitalar à população do município;
- c) Manutenção do Fundo Municipal de Saúde;
- d) A estruturação dos serviços de vigilância sanitária, controle de doenças e fortalecimento dos serviços de saúde do município;
- e) Manutenção dos Programas Básicos de Saúde da Família;

§3º Na habitação e saneamento básico:

- a) Aprimoramento da infraestrutura básica do município;
- b) Construção e melhoria de casas populares.

§4º Na assistência Social:

- a) Assistência à criança, ao adolescente, ao idoso e ao portador de deficiência física, mediante a ampliação dos atuais programas;
- b) Ampliar os programas de assistência comunitária;

Página 4 de 16



ESTADO DA PARAÍBA

- e) Melhorar a assistência nutricional, com a distribuição de cestas básicas a famílias carentes;
 - d) Estimular programas de assistência comunitária;
 - e) Ajuda financeira para pessoas carentes, em deslocamento para outros centros;
 - f) Distribuição de medicamentos a pessoas de baixa renda;
 - g) Apoio aos pequenos negócios, às empresas comunitárias, na criação de emprego e melhoria de renda familiar;
 - h) Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social.
- II - Na Área Econômica:**
- §1º Na Agropecuária:**
- a) Assistência e incentivo à produção agrícola;
 - b) Fortalecimento do pequeno produtor rural;
 - c) Distribuição de sementes ao pequeno produtor;
 - d) Combate à seca e à pobreza rural.
- §2º Na Indústria, comércio e turismo:**
- a) Apoio às pequenas e micro empresas do município.
- III - Na Área De Infraestrutura:**
- §1º Nos Recursos hídricos:**
- a) Desenvolvimento da infraestrutura rural, para fins de irrigação.
- §2º No Transporte:**
- a) Conservação e apoio à malha rodoviária municipal.
- §3º Na Energia:**
- a) Ampliação de redes de eletrificação urbana e rural;
 - b) Manutenção da eletrificação urbana e rural.
- §4º Nos Serviços Urbanos:**
- a) Melhorar e ampliação das condições de funcionamento de limpeza pública da cidade, com modernização da coleta de lixo;
 - b) Ampliação e manutenção da coleta de lixo;
 - c) Manutenção, ampliação e adaptação de prédios públicos do município;
 - d) Arborização da cidade.

Parágrafo Único – Parte integrante desta Lei, no seu único que estabelece a fixação das despesas de capital para o exercício de 2022.

Art. 4º - Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

Página 5 de 16

I - Programa: instrumento de organização da ação governamental, visando à realização dos objetivos pretendidos, em consonância com o plano plurianual;

II - Atividade: um instrumento de programação destinado a alcançar o objetivo de um Programa, envolvendo um conjunto de operações de caráter contínuo e permanente, das quais resulte um produto característico da ação do governo.

III - Projeto: um instrumento de programação necessário para alcançar o objetivo de um Programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, de que decorra a expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental.

IV - Operação especial: as despesas de que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações do governo, das quais não resulta sob forma de bens ou de serviços.

§ 1º - Cada programa deverá identificar as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as respectivas unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - As atividades, projetos e operações especiais serão desdobrados em metas específicas, com localização física integral ou parcial, em relação às quais não poderá haver alteração na finalidade ou na denominação.

§ 3º - Cada atividade, projeto ou operação especial deverá indicar a função e a subfunção a que se vincula.

§ 4º - A lei do orçamento identificará as atividades, projetos e operações especiais, por categoria de programação e respectivos subtítulos, com indicação de suas metas físicas.

CAPÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º - O projeto de Lei Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminhara à Câmara Municipal será composto de:

I - Mensagem;

II - Projeto de Lei do Orçamento;

III - Tabelas explicativas

§ 1º - A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária anual conterá:

- a) Exposição circunstancial da situação econômica financeira do Município;
- b) Exposição e justificativa da política econômico-financeira;
- c) Justificativa da receita no tocante ao orçamento de capital;

Página 6 de 16



ESTADO DA PARAÍBA

Art. 6º - O Orçamento fiscal discriminará a despesa por unidade orçamentária detalhando-a, por categoria de programação, em seu menor nível, com as respectivas dotações, a fonte de recursos e os grupos de despesas, conforme a seguir discriminados:

I - Despesas Correntes:

- a) Pessoal e encargos sociais;
- b) Rengociação das dívidas e pagamentos de juros e demais encargos decorrentes;
- c) Outras despesas correntes.

II - Despesas De Capital:

- a) Investimentos;
- b) Inversão financeira;
- c) Amortização da dívida consolidada.

CAPÍTULO IV DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

SEÇÃO I DAS DIRETRIZES GERAIS

Art. 7º - O Orçamento para exercício de 2022 obedecerá entre outros, no princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo o Poder Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Outros (arts. 1º, § 1º 4º I, "n" e 48 LRF).

Art. 8º - Na elaboração do orçamento fiscal para o exercício de 2022 deverão ser observadas, ainda, as seguintes orientações:

I - As despesas deverão ser orçadas a preço de Julho de 2021;

II - O chefe do Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal, até 30 de setembro do corrente ano, o previsto de receita e respectiva memória de cálculo para o ano de 2022;

III - A mesa da Câmara encaminhará a Prefeita Municipal, até 31 de agosto do corrente exercício, a proposta orçamentária relativa às dotações do Legislativo Municipal para o exercício de 2022, observadas as disposições do art. 29-A da Constituição Federal, com a redação que lhe foi dada pela emenda Constitucional nº 25/2000;

IV - A Prefeita do Município encaminhará à Câmara Municipal o Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2022, até 30 de setembro de 2021;

V - A Câmara Municipal deverá devolver para a sanção do Poder Executivo o projeto com os respectivos autógrafos, até 15 de dezembro de 2021;

Página 7 de 16

VI - A Prefeita deverá sancionar a Lei Orçamentária Anual e publicá-la até 31 de dezembro do corrente ano;

VII - A Lei Orçamentária Anual (LOA) deverá:

a) Ser acompanhada dos demonstrativos e anexos previstos no art. 5º da Lei complementar Federal nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

b) Consignar, sob o título de "RESERVA DE CONTINGÊNCIA", dotação genérica no valor de até 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida (RCL);

VIII - Na Lei Orçamentária, a receita prevista e a despesa fixada deverão obedecer à classificação constante nos anexos 2 e 6 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964;

IX - Durante a execução orçamentária a RESERVA DE CONTINGÊNCIA só deverá ser utilizada para:

a) Financiar passivos contingentes de natureza emergencial ou de valor imprevisível quando da elaboração da lei orçamentária;

b) Pagar despesas relativas a eventos extraordinários que representem riscos à vida, à saúde ou à segurança da população;

c) Cobrir frustração de arrecadação de receita de transferências, que deveria ser empregada em projetos ou atividades pertinentes às metas e prioridades da administração municipal fixada para o ano de 2022.

Art. 9º - O Projeto da Lei Orçamentária a ser encaminhado pelo Poder Executivo à Câmara Municipal será constituído de:

I - Texto da lei;

II - Quadros orçamentários consolidados;

III - Anexo do orçamento fiscal, discriminando a receita e a despesa, na forma definida nesta lei e nas demais leis federais que regem a espécie;

IV - Os quadros orçamentários a que se refere o inciso III do art. 22 da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 10º - O Projeto de Lei Orçamentária demonstrará, ainda, a estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado para o ano de 2022, em valores correntes e em termos de percentual da receita líquida, destacando-se, pelo menos, as relativas aos gastos com pessoal e encargos sociais.

Art. 11º - O Poder Executivo é autorizado, nos termos da Constituição Federal, a:

I - Realizar operações de crédito por antecipação de receita, nos termos da legislação em vigor;

II - Realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;

Página 8 de 16



ESTADO DA PARAÍBA

III – Abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 60% (sessenta por cento) do orçamento das despesas, nos termos da legislação vigente;

IV – Transportar, remanejar ou transferir recursos, dentro de uma mesma categoria de programação, com prévia autorização legislativa, nos termos do inciso IV, do art. 167, da Constituição Federal.

Art. 12 - A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária de 2022 deverá ser realizada de modo a evidenciar a melhor transparência na gestão fiscal, observados o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

Art. 13 - A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária de 2022, deverão levar em conta, ainda, a obtenção de superávit primário, a ser demonstrado no anexo de Metas Fiscais, observado, contudo, o que dispõe a respeito o parágrafo único do art. 7º antecedente.

Art. 14 - O Poder Legislativo terá como limite de suas despesas correntes e de capital em 2022, para efeito de elaboração de sua respectiva proposta orçamentária, o total da receita tributária mais transferências constitucionais realizadas no ano de 2021, em observância, ainda, aos princípios da emenda constitucional nº 24/2000.

Art. 15 - Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, à alocação dos recursos na lei do orçamento e em seus créditos adicionais será feita de forma a proporcionar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 16 - É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas as destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos de atividades de natureza continuada que preencham uma das seguintes condições:

I - Sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde e educação;

II - Sejam vinculadas a organismos nacionais ou internacionais de natureza filantrópica, institucional ou assistencial;

III - Atendam ao disposto no art. 204 da Constituição Federal, bem como ao Art. 61 de suas Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

§ 1º - A habilitação ao recebimento de subvenções sociais por parte de entidades privadas sem fins lucrativos dar-se-á mediante a apresentação de declaração, que comprove seu regular funcionamento nos últimos cinco anos, emitida no exercício de 2021 por três autoridades locais, além de comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

§ 2º - As subvenções sociais previstas no orçamento só poderão ser transferidas mediante celebração de convênio, obrigando-se o beneficiário à prestação de contas e a

Página 9 de 16

obediência, na formalização dos respectivos instrumentos e na liberação de recursos, as regras do art. 116 da Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações posteriores.

Art. 17 - É vedada, também, a inclusão de dotações na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, a título de "AUXÍLIOS" a entidades privadas, ressalvadas as sem fins lucrativos e desde que:

I - Prestem atendimento direto e gratuito ao público e estejam voltadas para o ensino especial junto à comunidade escolar municipal do ensino fundamental ou equivalente;

II - Estejam voltadas para ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público, ou que estejam registradas junto ao Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS;

III - Sejam consórcios intermunicipais de saúde, ou equivalente, constituídos exclusivamente por entes públicos, que participem da execução de programas nacionais de saúde;

IV - Sejam qualificados como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, na forma da legislação pertinente.

Art. 18 - As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos do orçamento municipal, a qualquer título, sujeitar-se-ão à fiscalização pelo Poder concedente, com a finalidade de se verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 19 - Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, itens I e II da LRF deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo Único - Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da LRF, é considerado despesa irrelevante, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2022, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixado no item I do art. 24 da Lei nº 8.666/1993, devidamente atualizado (art. 16, § 3º da LRF).

Art. 20 - Despesas de competência de outros entes da federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (art. 62 da LRF).

SEÇÃO II DAS DIRETRIZES DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS

Art. 21 - O orçamento de investimento, previsto para cada órgão, deverá constar, necessariamente, do plano plurianual de investimentos, bem como nos demonstrativos orçamentários, destacando-se, pelo menos:

Página 10 de 16



ESTADO DA PARAÍBA

I - Os investimentos correspondentes à aquisição de bens móveis e/ou construção de bens imóveis;

II - Os investimentos financiados com recursos originários de operações de crédito vinculadas a projetos específicos, quando for preciso;

Parágrafo Único - Só serão incluídas na proposta orçamentária dotações para investimentos, se forem consideradas prioritárias para o município ou atendem às exigências desta lei.

Art. 22 - Na programação de investimentos serão observadas, ainda, as seguintes prioridades:

I - Inclusão de projetos em andamento;

II - Inclusão de projetos em fase de conclusão;

Parágrafo Único - Não poderá ser programado investimentos à custa de anulação de dotações de projetos em andamento, desde que executados pelo menos 10% (dez por cento).

CAPÍTULO V DAS PRIORIDADES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 23 - O orçamento fiscal compreenderá a despesa com pessoal de todos os órgãos dos poderes do município.

Parágrafo Único - Consideram-se despesas com pessoal, para fins previstos neste artigo:

I - A remuneração dos agentes políticos;

II - Os vencimentos e vantagens fixas dos servidores ativos do Município;

III - As obrigações patronais;

IV - As demais despesas, assim consideradas pela Lei nº 101/2000.

Art. 24 - As despesas com pessoal ativo e inativo, do Poder Executivo, da Câmara Municipal e respectivos Encargos sociais, obedecerão aos limites máximos previstos nos artigos 19 e 20 da Lei complementar Federal nº 101/2000.

Art. 25 - Se a despesa total com pessoal e encargos de qualquer dos Poderes do Município ultrapassar os limites de que trata o artigo precedente, o chefe do Poder Executivo adotará as providências previstas no art. 23 da mencionada Lei Complementar Federal nº 101/2000, com vistas a reduzi-la aos limites máximos permitidos por lei.


Página 11 de 16

Art. 26 - O projeto de lei orçamentária demonstrará, ainda, a estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado para o exercício financeiro de 2022, em valores correntes e em termos de percentual da receita corrente líquida, destacando-se, pelo menos, as relativas aos gastos com pessoal e encargos sociais.

Parágrafo Único - As despesas com pessoal e encargos sociais do ano de 2022, não poderão ultrapassar, em percentual da receita corrente líquida, o montante estimado para o exercício de 2021, acrescido de até 25% (vinte e cinco por cento), se este for inferior ao limite estabelecido no inciso III do art. 20 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

CAPÍTULO VI DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 27 - A lei municipal, que concede ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária, somente será aprovada se atendidas às exigências do art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101 de 2000.

Art. 28 - Na estimativa do receita do projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas que objetivem alterar a legislação tributária municipal, as quais venham estar em tramitação na Câmara Municipal até a aprovação do orçamento de 2022.

§ 1º - Se estimada a receita, na forma deste artigo, no projeto de lei do orçamento:

I - Serão identificadas as alterações propostas na legislação tributária e especificada a receita adicional esperada, em decorrência de cada uma das propostas e seus dispositivos;

II - Será apresentada programação especial de despesas, condicionada à aprovação das respectivas alterações na legislação tributária.

§ 2º - Caso a proposta de alteração na legislação tributária não seja aprovada, ou somente o seja parcialmente, até o envio do projeto de lei do orçamento para a sanção do Prefeito, de sorte que em decorrência disto não possam ser realizadas as receitas esperadas, as dotações à conta dos referidos recursos serão canceladas, mediante decreto executivo, até trinta dias após sanção da lei orçamentária.

§ 3º - Também por decreto, a ser editado no mesmo prazo do parágrafo anterior, o Chefe do Executivo promoverá a substituição das fontes de recursos condicionadas, constantes do orçamento sancionado, decorrentes de alterações na legislação tributária municipal aprovada antes do encaminhamento do projeto de lei orçamentária para sanção, pelas respectivas fontes de receita definitivas.

§ 4º - Aplica-se ao disposto neste artigo às propostas de alteração na vinculação das receitas.


Página 12 de 16



ESTADO DA PARAÍBA

CAPÍTULO VII DAS POLÍTICAS DE FOMENTO

Art. 29 - O Poder Executivo poderá, mediante autorização legislativa, realizar projetos que exijam investimentos em conjunto com a iniciativa privada, desde que resultem em crescimento econômico.

Parágrafo único. A definição das empresas que participarem de cada projeto deverá ser efetuada através de licitação pública.

Art. 30 - O Poder Executivo poderá adotar medidas de fomento à participação das micro, pequenas e médias empresas instaladas na região, no fornecimento de bens e serviços para a Administração Pública Municipal, bem como facilitará a abertura de novas empresas de micro, pequeno e médio porte, por meio de desburocratização dos respectivos processos e criação de incentivos fiscais quando julgar necessário.

Art. 31 - O Poder Executivo poderá enviar ao Legislativo projeto de lei dispondo sobre alterações na Legislação Tributária, com vistas ao fomento da atividade econômica no Município.

Art. 32 - O Poder Executivo poderá enviar ao Legislativo projeto de lei criando mecanismos fiscais que favoreçam a geração de empregos.

Art. 33 - O Poder Executivo, mediante prévia autorização Legislativa, poderá criar incentivos administrativos e fiscais de modo a fomentar a instalação de empresas que estimulem o desenvolvimento de atividades artísticas e esportivas.

CAPÍTULO VIII DAS DIRETRIZES ESPECÍFICAS DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

Art. 34 - O orçamento da seguridade social compreenderá dotações destinadas a atender a ações nas áreas de saúde, previdência e assistência social e conterá, dentre outros, com recursos provenientes de:

I - Contribuições previdenciárias dos servidores ativos, inativos e pensionistas do município;

II - Aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde;

III - Receitas próprias dos órgãos, fundos e entidades que integram exclusivamente o orçamento de que trata este artigo;

IV - Convênios, contratos, acordos e ajustes com órgãos e entidades que integram o orçamento da seguridade social;

V - Outras Receitas do Tesouro.

Página 13 de 16

Parágrafo Único - A concessão de benefícios previdenciários aos segurados dos Poderes do Município, seus órgãos e entidades da administração direta e indireta, será consignada ao Regime Geral de Previdência Social (INSS) integrante do orçamento da seguridade social.

CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 35 - A Lei Orçamentária de 2022 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento a Despesas de Capital, observado o limite de endividamento, de até 15% das Receitas Correntes Líquidas apuradas até o final do semestre anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LRF (art. 30, 31 e 32 da LRF).

Art. 36 - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica (art. 32, Parágrafo Único da LRF).

Art. 37 - Ultrapassado o limite de endividamento definido na legislação pertinente e enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira (art. 31, § 1º, II da LRF).

Art. 38 - A administração da dívida pública municipal interna ou externa terá por objetivo principal a minimização de custos e a viabilização de fontes alternativas de recursos para o tesouro municipal.

CAPÍTULO X DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 39 - Até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a Prefeitura Municipal divulgará o cronograma mensal de desembolso e as metas bimestrais de arrecadação para o exercício de 2022.

Art. 40 - Ocorrendo frustração das metas bimestrais de arrecadação, ou acaso seja necessária a limitação de empenho de dotações e da movimentação financeira, em face às metas de resultado primário, em observância aos princípios do art. 9º da Lei Complementar Federal nº 101/2000, será fixado separadamente percentual de limitações para o conjunto de projetos ou de atividades orçados e calculados de forma proporcional à participação dos Poderes em cada um dos citados conjuntos, excluídas as despesas cuja execução se constitua obrigação constitucional legal, observando-se ainda:

I - o Poder Executivo e a Mesa da Câmara Municipal determinarão por atos próprios a limitação de empenho;

II - a limitação de empenho ou, simplesmente, limitação de despesas, deverá se dar no montante equivalente à diferença entre a receita arrecadada e a prevista até o bimestre;

Página 14 de 16



ESTADO DA PARAÍBA

III - o Poder Executivo e a Mesa da Câmara Municipal limitarão suas despesas em valor proporcional à participação de cada um no montante das dotações relativas aos projetos, atividades ou operações especiais a serem afetados com a medida, na forma estabelecida no "caput" deste artigo;

IV - as despesas com pessoal e encargos, bem como as referentes ao pagamento do principal e encargos da dívida, não serão objetos de limitação.

Parágrafo Único - Na hipótese de ocorrência do disposto no "caput" deste artigo, o Poder Executivo comunicará à Mesa da Câmara, mediante apresentação de memória de cálculo, premissas, parâmetros e as justificativas do ato, o montante que caberá ao legislativo limitar seus empenhos e movimentações financeiras.

Art. 41 - As ajudas financeiras e dotações concedidas a pessoas físicas deverão processar-se de conformidade com lei municipal específica. É vedado consignar no orçamento municipal para 2022, dotações para subvenções econômicas, ressalvadas as que se destinam a incentivar atividades econômicas voltadas para a geração de emprego e renda, hipótese em que a execução da despesa deverá estar autorizada por lei específica.

Art. 42 - São vedados quaisquer procedimentos por parte dos ordenadores de despesas, visando à viabilidade a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Parágrafo Único - Caberá à contabilidade registrar os atos e fatos relativos à gestão orçamentária e financeira, efetivamente ocorridos sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do "caput" deste artigo.

Art. 43 - Não sendo sancionada e publicada a Lei Orçamentária Anual até 31 de dezembro do ano em curso, o orçamento referente às dotações relativas às atividades, projetos ou às operações especiais pertinentes aos objetivos e metas, previstos nos artigos 2º e 3º, desta Lei, podendo ser executados como proposto, à razão de 1/12 (um doze avos) por mês.

Art. 44 - O Anexo de Metas Fiscais, anexo a esta Lei, estabelece para o exercício financeiro de 2022, as prioridades da administração na forma dos anexos abaixo discriminados:

Anexo I - Metas Anuais;

Anexo II - Avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;

Anexo III - Metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos exercícios anteriores;

Anexo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;

Anexo V - Origem da aplicação de recursos obtidos com alienação de ativos;

Anexo VI - Receitas e despesas previdenciárias do RPPS - NÃO EXISTE;

Anexo VII - Estimativa e compensação da renúncia de receita;

Página 16 de 16

Anexo VIII - Margem de expansão de despesas obrigatórias de caráter continuado.

Art. 45 - O Anexo de Riscos Fiscais, anexo a esta Lei, estabelece para evidenciar passivos contingentes e outros riscos fiscais no decorrer do exercício de 2022.

Art. 46 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FAGUNDES
Magna Madalena Brasil Risucci
PREFEITA

MAGNA MADALENA BRASIL RISUCCI
Prefeita Constitucional



ESTADO DA PARAÍBA

MUNICÍPIO DE FAGUNDES
 LÍDIO DE OLIVEIRA OLIVEIRAS
 ANTONIO DE METAL FISCAL
 METAL ANILADO

ANEX - Demonstrativo LRF art. 4º, §1º

ESPECIFICAÇÃO	2022		2023		2024	
	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor Contábil
Mercado Total	16.326.819	18.177.812	18.253.131	41.820.108	20.120.314	44.718.757
Mercado Previdência (I)	11.329.587	12.721.429	12.446.561	41.526.466	18.290.930	44.514.264
Delegacia Total	16.506.809	18.177.812	18.253.131	41.820.108	20.120.314	44.718.757
Delegacia Previdência (I)	11.329.587	12.721.429	12.446.561	41.526.466	18.290.930	44.514.264
Reserva Previdência (I) - II	36.411.816	36.378.386	36.259.489	41.711.157	39.018.477	44.672.254
Reserva Previdência (I) - III	-162.286	0	-106.486	0	0	0
Reserva Previdência (I) - IV	12.820.139	11.190.658	11.190.658	13.251.116	12.528.137	12.811
Outros Riscos Contingência	21.481.652	21.599.006	21.599.006	21.599.006	21.599.006	21.599.006
Outros Riscos Contingência Liquidada	17.942.848	18.752.514	18.121.287	20.729.288	17.240.529	20.159.841

FONTE: Relatório de Gestão Março de 2021 - 03/04/2021

MUNICÍPIO DE FAGUNDES
 LÍDIO DE OLIVEIRA OLIVEIRAS
 ANTONIO DE METAL FISCAL
 ZERAMENTO DE RISCOS FISCAL E PROVIDÊNCIAS

2022

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
SUBTOTAL		SUBTOTAL	
DEMAS RISCOS FISCAL PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Calendário Pública	292.215	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência	292.215
SUBTOTAL	292.215	SUBTOTAL	292.215
TOTAL	292.215	TOTAL	292.215



ESTADO DA PARAÍBA

MUNICÍPIO DE FAGUNDES
LEI DE ORÇAMENTO ANUAL
ANEXO III - META FINCA
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2022

Até - Encerramento da Lei nº 493, Anexo 3

ESPECIFICAÇÃO	Meta Fixada em 2020 (a)	Meta realizada em 2020 (b)	Variação	
			Valor (c = b - a)	% (d = c/a * 100)
Receita Total	34.984.541	27.489.466	-7.495.075	-21,42
Receita Primária (I)	34.890.714	27.439.638	-7.452.076	-21,36
Despesa Total	34.984.541	25.904.829	-9.079.712	-25,95
Despesa Primária (II)	34.978.543	25.904.829	-9.073.714	-25,93
Resultado Primário (I - II)	-8.827	-804.192,35	-795.365,35	-9,01
Resultado Mensal		20.979.955	20.979.955	100,00
Dívida Pública Consolidada		17.988.421	17.988.421	100,00
Dívida Consolidada Líquida				

MUNICÍPIO DE FAGUNDES
LEI DE ORÇAMENTO ANUAL
ANEXO IV - META FINCA
ANEXO DE METAS FISCAIS
2022

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA	PERÍODO - MOVIMENTOS			
	2022	2023	2024	2025
RECEITA CORRENTES	21.262.109	22.215.136	23.248.421	24.281.421
Impostos, Taxas e Contribuições	856.488	883.792	910.910	938.028
Receita Patrimonial	283.792	297.910	312.028	326.146
Receita de Serviços	109.226	123.344	137.462	151.580
Contribuições de Terceiros	20.843,12	22.257,12	23.671,12	25.085,12
Outras Receitas Correntes	35.480	38.212	40.944	43.676
RECEITAS DE CAPITAL	8.428.342	8.849.679	9.271.016	9.692.353
Transferências de Capital	6.428.342	6.849.679	7.271.016	7.692.353
RECEITAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-1.123.939	-1.123.939	-1.123.939	-1.123.939
RECEITAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	24.566.512	24.817.877	25.077.488	25.327.841
TOTAL	26.830.621	28.035.015	29.220.407	30.410.192
DESPESAS CORRENTES (I)	28.210.472	27.427.205	26.643.938	25.859.421
Despesas com Pessoal	14.088.607	14.309.017	14.529.427	14.749.837
Juros e Encargos da Dívida	95.020	99.771	104.522	109.273
Contribuição para Previdência Social	12.112.887	12.318.487	12.524.087	12.729.687
DESPESAS DE CAPITAL (II)	9.022.266	8.500.832	8.079.400	7.657.968
Investimentos	22.417	21.412	20.407	19.402
Amortização da Dívida	678.720	712.646	746.572	780.498
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	280.989	295.034	309.079	323.128
TOTAL (I+II)	36.513.727	36.228.071	35.032.417	33.840.517



ESTADO DA PARAÍBA

MUNICÍPIO DE FAGUNDES
 LEI DE CANCELAMENTO DE EMPENHOS
 ANEXO DE MATÉRIAS FINANCEIRAS
 IMPLANTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 2017

AMF – Demonstrativo (LRF, art. 4º, §2º, inciso III)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2016	%	2017	%	2018	%
Patrimônio/Caráter					11.821.043,00	98,29%
Reservas						
Reservado Acumulado	11.056.442,96	100%	13.143.984,26	100%	11.700.976,29	100%
TOTAL	11.056.442,96	100%	13.143.984,26	100%	11.700.976,29	100%

RESERVA RESTRICIONADA

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2016	%	2017	%	2018	%
Patrimônio/Caráter						
Reservas						
Reservado Acumulado						
TOTAL						

MUNICÍPIO DE FAGUNDES
 LEI DE CANCELAMENTO DE EMPENHOS
 ANEXO DE MATÉRIAS FINANCEIRAS
 ANEXO DE MATÉRIAS FINANCEIRAS
 ANÁLISE DE MATÉRIAS FINANCEIRAS
 2017

AMF – Demonstrativo (LRF, art. 4º, §2º, inciso II)

ESPECIFICAÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	2016		2017		2018		2019		2020		2021		2022		2023		2024					
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%				
Receitas Total	27.469.446	100,00	30.130.320	100,00	34.797.466	100,00	36.528.818	100,00	38.163.191	100,00	39.120.244	100,00	40.609.946	100,00	41.700.244	100,00	42.700.244	100,00	43.700.244	100,00		
Receitas Primárias (I)	27.469.446	100,00	30.130.320	100,00	34.797.466	100,00	36.528.818	100,00	38.163.191	100,00	39.120.244	100,00	40.609.946	100,00	41.700.244	100,00	42.700.244	100,00	43.700.244	100,00	44.700.244	100,00
Despesas Total	25.564.429	93,13	31.140.930	103,35	34.797.466	100,00	36.528.818	100,00	38.163.191	100,00	39.120.244	100,00	40.609.946	100,00	41.700.244	100,00	42.700.244	100,00	43.700.244	100,00	44.700.244	100,00
Despesas Primárias (II)	25.564.429	93,13	31.140.930	103,35	34.797.466	100,00	36.528.818	100,00	38.163.191	100,00	39.120.244	100,00	40.609.946	100,00	41.700.244	100,00	42.700.244	100,00	43.700.244	100,00	44.700.244	100,00
Resultado Primário (I - II)	1.905.017	6,92	8.989.390	29,84	9.999.999	28,75	9.999.999	27,39	9.999.999	26,21	9.999.999	25,81	9.999.999	24,50	9.999.999	23,75	9.999.999	23,38	9.999.999	22,88	9.999.999	22,88
Resultado Operacional	20.079.669	73,10	23.986.078	79,61	21.880.734	62,91	21.880.734	62,91	21.880.734	62,91	21.880.734	62,91	21.880.734	62,91	21.880.734	62,91	21.880.734	62,91	21.880.734	62,91	21.880.734	62,91
Divida Pública Consolidada	17.598.421	63,93	13.946.078	46,28	17.784.205	51,12	17.041.848	46,65	17.121.597	47,77	17.540.138	45,29	17.540.138	45,29	17.540.138	45,29	17.540.138	45,29	17.540.138	45,29	17.540.138	45,29

ESPECIFICAÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	2016		2017		2018		2019		2020		2021		2022		2023		2024					
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%				
Receitas Total	20.206.931	100,00	20.517.291	100,00	20.832.802	100,00	21.608.898	100,00	21.750.799	100,00	21.798.797	100,00	21.798.797	100,00	21.798.797	100,00	21.798.797	100,00	21.798.797	100,00	21.798.797	100,00
Receitas Primárias (I)	20.206.931	100,00	20.517.291	100,00	20.832.802	100,00	21.608.898	100,00	21.750.799	100,00	21.798.797	100,00	21.798.797	100,00	21.798.797	100,00	21.798.797	100,00	21.798.797	100,00	21.798.797	100,00
Despesas Total	20.206.931	100,00	20.517.291	100,00	20.832.802	100,00	21.608.898	100,00	21.750.799	100,00	21.798.797	100,00	21.798.797	100,00	21.798.797	100,00	21.798.797	100,00	21.798.797	100,00	21.798.797	100,00
Despesas Primárias (II)	20.206.931	100,00	20.517.291	100,00	20.832.802	100,00	21.608.898	100,00	21.750.799	100,00	21.798.797	100,00	21.798.797	100,00	21.798.797	100,00	21.798.797	100,00	21.798.797	100,00	21.798.797	100,00
Resultado Primário (I - II)	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Resultado Operacional	13.774.715	68,18	13.660.211	66,59	13.003.071	62,43	13.143.914	60,84	13.143.914	60,43	13.143.914	60,39	13.143.914	60,39	13.143.914	60,39	13.143.914	60,39	13.143.914	60,39	13.143.914	60,39
Divida Pública Consolidada	23.077.951	114,20	12.802.012	62,39	13.803.941	66,26	13.403.941	62,04	13.403.941	61,66	13.403.941	61,66	13.403.941	61,66	13.403.941	61,66	13.403.941	61,66	13.403.941	61,66	13.403.941	61,66
Divida Consolidada Líquida	15.347.203	75,94	12.802.012	62,39	13.803.941	66,26	13.403.941	62,04	13.403.941	61,66	13.403.941	61,66	13.403.941	61,66	13.403.941	61,66	13.403.941	61,66	13.403.941	61,66	13.403.941	61,66



ESTADO DA PARAÍBA

MUNICÍPIO DE FAGUNDES
 SETOR DE ORÇAMENTO ORÇAMENTAL
 ANEXO DE RECEITA
 ESTRUTURAL E CONSOLIDADO DA RECEITA DE RECEITA
 2022

ANEX - ANEX III (LRF - ANEXO III - LRF - LRF - LRF)	REVENHO DE RECEITA FINANCIA	CONTINUAÇÃO		
SETEMBRE				

Fonte: O Município não tem projeto para o exercício de 2022

--	--	--	--	--

MUNICÍPIO DE FAGUNDES
 SETOR DE ORÇAMENTO ORÇAMENTAL
 ANEXO DE RECEITA
 ORÇAMENTO APLICADO NOS RECURSOS LÍQUIDOS COM A ATRIBUIÇÃO DE ATIVOS
 2022

ANEX - Complementar V (LRF - ANEXO V - LRF - Anexo V)

RECEITA SOCIOMIXAS	2022M	2022M	2022M
RECEITA DE CAPITAL			
Atribuição de Ativos			
Atribuição de bens móveis			
Atribuição de bens imóveis			
TOTAL			

ORÇAMENTO LÍQUIDO LÍQUIDO

APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ATRIBUIÇÃO DE ATIVOS	2022M	2022M	2022M
DESEMBOLSOS DE CAPITAL			
Investimentos			
Amortização da dívida			
DESEMBOLSOS CORRENTES DOS RECURSOS DE FINANCIAMENTO			
Salário Gerente de Assistência Social			
Salário Proprietário de Serviços Públicos			
TOTAL			

